

A educação pelo olhar: povos nativos, cultura material e a construção de identidades*

The education through the view: native peoples, material culture and the construction of identities

Diogo da Silva Roiz¹

RESUMO: No início do século XX, o Brasil mais parecia um aglomerado de povos e etnias do que uma nação. A função dos Museus, Institutos de pesquisa, Faculdades e Universidades não era apenas formar uma identidade nacional, mas também criar condições para que o povo não fosse apenas uma representação retórica e os 'povos nativos', uma caricatura de 'bons selvagens'. É neste contexto específico que se busca analisar a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda na diretoria do Museu Paulista e de Plínio Marques da Silva Ayrosa na cadeira de Etnologia Brasileira e noções de Tupi-guarani no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

ABSTRACT: In the early twentieth century, Brazil was more like a conglomerate of peoples and ethnicities than a nation. The role of museums, research institutes, colleges and universities was not only to form a national identity, but also create conditions so that people was not just a rhetorical representation and the 'native people' a cartoon of 'noble savages'. It is in this specific context that we seek to analyze Sérgio Buarque de Holanda's trajectory on the direction of the Paulista Museum and Plinio Marques da Silva Ayrosa on the chair of Brazilian Ethnology and Tupi-Guarani notions in the Geography and History Faculty of Philosophy, Sciences and Humanities, University of São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Povos nativos. Cultura material. Identidades. Museus e universidades.
KEYWORDS: Native people. Material culture. Identities. Museums and universities.

I. INTRODUÇÃO

No início do século XX, o Brasil mais parecia um aglomerado de povos e etnias do que uma nação, de acordo com vários 'intelectuais' do período (BRESCIANI,

* Trabalho apresentado como conclusão da disciplina História, Modernidade e Pós-Modernidade, no curso de doutorado em História da UFPR. As fragilidades ainda persistentes são de inteira responsabilidade do autor.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: diogors@yahoo.com.br

2005; BRANDÃO, 2007; BOTELHO; SCHWARCZ, 2009). A função dos museus, institutos de pesquisa, faculdades e universidades não era apenas formar uma 'identidade nacional' (OLIVEIRA, 2000; MIRANDA DE SÁ, 2003; BURKE; PALLARES-BURKE, 2009), mas também criar condições para que o(s) povo(s) não fosse(m) apenas uma representação retórica e os povos nativos, uma caricatura de bons selvagens (ALVES, 2001; SOIHET, 2007). Embora a criação desses lugares (de construção da memória coletiva) só tenha sido efetivado no século XIX – consideravelmente tardia em comparação com outras partes da América e da Europa –, após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, nem por isso sua função se tornou menor (OLIVEIRA, 2008). É neste contexto específico que se busca analisar a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) na diretoria do Museu Paulista (também conhecido como Museu do Ipiranga) entre 1946 e 1956, e de Plínio Marques da Silva Ayrosa (1895-1961) na cadeira de Etnologia Brasileira e noções de Tupi-guarani, no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, entre 1934 e 1952. Para empreender esta análise, as principais fontes compulsadas nesta pesquisa foram as suas correspondências pessoais e os *Anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* da Universidade de São Paulo².

A importância deste tipo de estudo está em algumas das estratégias encontradas pela intelectualidade para demonstrar os desequilíbrios entre o Estado e a Nação, a elite e a população, a história real e a história legal (e legislativa), e os usos do passado empreendidos por diferentes grupos sociais para justificarem sua ação (LIMA, 1999; SOIHET, 2007), ao se apropriarem da história e legarem em sua escrita o papel exercido por certos grupos e atores sociais, em prol de outros normalmente silenciados e esquecidos, em função das estratégias das classes dirigentes daquele período (LARRETA; GIUCCI, 2007; ALMEIDA; VERGARA, 2008). Mesmo considerando as formas como foram apropriados os povos nativos, a partir do século XIX (principalmente no Romantismo brasileiro), para darem o contorno e a originalidade do tipo de povo e de Nação construídos nos trópicos, foi apenas no século seguinte que se passou a escrever também a história desses grupos (negros e indígenas) e a se visualizar a sua contribuição para a formação da nacionalidade brasileira. É neste quadro que ganham importância os museus, institutos, faculdades e universidades, como lugares de preservação da memória coletiva das sociedades, ao armazenarem os fragmentos deixados pelo passado,

2 Na década de 1930, foram impressos três volumes: USP, FFCL. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, 1934-1935. USP, São Paulo: Empreza Grafica da "Revista dos Tribunaes", 1937; USP, FFCL. *Anuário da FFCL.*, 1936. USP, São Paulo: Empreza Grafica da "Revista dos Tribunaes", 1937; USP, FFCL. *Anuário da FFCL.*, 1937-1938. USP, São Paulo: Empreza Grafica da "Revista dos Tribunaes", 1939. Na década de 1950 foram publicados outros cinco volumes: USP, FFCL. *Anuário da FFCL.*, 1939-1949. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953, 2v.; USP, FFCL. *Anuário da FFCL.*, 1950. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952; USP, FFCL. *Anuário da FFCL.*, 1951. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953; USP, FFCL. *Anuário da FFCL.*, 1952. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1954.

na forma de documentos escritos e vestígios da cultura material (SCHWARCZ, 1993). Sobre esse aspecto, pode-se destacar a função dos museus, em sua “educação pelo olhar”, ao expor os fragmentos do passado com a catalogação, organização e exposição dos vestígios da cultura material dos diferentes grupos étnicos que vieram a formar aquela população (FUNARI, 2005).

2. DOS MUSEUS E INSTITUTOS DE PESQUISA..

No Brasil, desde pelo menos a Independência, que pensar a construção da nacionalidade foi uma constante em todo o século XIX, no quadro dos estudos históricos, em que os historiadores se encontravam ligados diretamente à esfera política, lugar que favorecia o desempenho das funções profissionais por facilitar a pesquisa em arquivos, Museus e Institutos nacionais e estrangeiros. Na qualidade, quase sempre, de funcionários estatais, os historiadores aplicavam-se ao estudo do passado. No século XIX, foi comum o desempenho de funções diplomáticas articular-se ao exercício da escrita da história, a exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), José Maria da Silva Paranhos Jr., mais conhecido como Barão do Rio Branco, (1845-1912), e Manoel de Oliveira Lima (1865-1928), que, não por acaso, seriam historiadores-diplomatas (RODRIGUES, 1965; WEHLING, 1999; MALATIAN, 2001). Em outros casos, o aparecimento de cultores do ofício de historiador irradiava-se a partir da imprensa periódica, para a qual a função de jornalista se mesclava à de historiador na escrita da história (RODRIGUES, 1965; JANOTTI, 1977; COELHO, 1999), como ocorreu com João Francisco Lisboa (1812-1863) e José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933).

Naquele momento, os lugares sociais de sociabilidade, preferências entre aqueles intelectuais, limitavam-se, quase sempre, à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criada em 1839, às atividades políticas e culturais próprias do IHGB e seus congêneres estaduais, a pesquisas em bibliotecas nacionais e estrangeiras, à administração de museus e à Academia Brasileira de Letras (ABL), criada em 1897. A troca de correspondências também esteve articulada aos intercâmbios culturais dos intelectuais do período como forma de divulgação de ideias, apresentação de projetos e desenvolvimento de procedimentos de pesquisa. A obra de João Capistrano de Abreu (1853-1927) compõe um exemplo elucidativo sobre o formato daquelas correspondências pessoais ao informar o desenvolvimento de sua obra, seus interlocutores, seus leitores e seus objetivos pessoais (GOMES, 1996; 2009). Seus diálogos se estendiam não apenas entre os intelectuais brasileiros, dos quais Afonso D’Escragnonle Taunay foi um de seus interlocutores quando iniciava os primeiros estudos sobre as sociedades do passado, que dariam origem aos seus trabalhos sobre os bandeirantes e a história do café, mas também repercutiam entre intelectuais europeus e americanos (WEHLING, 1994; ARAUJO, 2003). Na época:

A produção histórica constituía atividade de membros da classe dominante ou por ela recrutados e, dada a inexistência de formação profissional específica, os historiadores que produziram no

decorrer da Primeira República se formaram em outras áreas do conhecimento, sendo a dedicação autodidata à história entendida como vocação (MALATIAN, 2001, p. 11).

Assim, se os estudos históricos brasileiros acompanharam, no século XIX, as preocupações da produção histórica internacional, o aparecimento e a institucionalização do ensino universitário neste campo do saber foram tardios, proliferando apenas a partir da década de 1930, com a criação dos primeiros cursos de Geografia e História em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (ROIZ, 2004).

Ainda que, a partir de 1838, fosse criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a pedido de sua majestade, o imperador D. Pedro II, e rapidamente passasse a se desdobrar em congêneres estaduais, a função básica dos Institutos, que era de coleta, interpretação e análise das fontes sobre a História do Brasil (GUIMARÃES, 1988), só seria complementada com a criação de museus, que, não por acaso, estariam responsáveis pela coleta e organização da cultura material dos povos nativos, antes e depois da vinda dos colonizadores europeus (SCHWARCZ, 1993). Desnecessário acrescentar que esta iniciativa, além de estar intimamente relacionada com o contexto de formação dos Estados-nacionais europeus (HARTOG, 2003a), das independências das colônias americanas e do surgimento de novas disciplinas (como a antropologia, a sociologia e a arqueologia), também estaria marcada pelos debates sobre a ideia de civilização e barbárie, que estariam mediando a construção e a justificativa de formação de uma identidade, de uma cultura, de uma história, de uma língua e de um estado nacional (FONTANA, 1998; REIS, 2002; 2003a; 2003b). Daí a importância de se escrever a(s) história(s) das nações e o papel desempenhado pelos institutos e pelos museus durante esse período na Europa e nas Américas (HARTOG, 2003b, 2003c; RODRIGUES, 1965, 1969).

Foi justamente durante esse período que se inaugurou em 7 de setembro de 1895 o Museu Paulista, a princípio como museu de História Natural. Com esse encargo, o zoólogo alemão Hermann Von Ihering (1850-1930) assumiria a diretoria do museu, lá permanecendo até 1916. Em 1917, o engenheiro e historiador Afonso D'Escragno Taunay (1876-1958) assumiu a sua diretoria e lhe conferiu um perfil de museu de história (ALVES, 2001; BREFE, 2005). As circunstâncias do primeiro centenário da Independência do país em 1922 também favoreceriam esta iniciativa. Ao preparar o museu para as comemorações do centenário da independência, ele o remodelou quase que completamente (BREFE, 2005; ARAUJO, 2006). Na diretoria do museu, Afonso de Taunay também pôde efetuar pesquisas que lhe permitiriam avançar em suas análises sobre a história do café e do bandeirante (ARAUJO, 2006). A partir de 1946, Sérgio Buarque de Holanda assumiria a diretoria do museu e lá permaneceria até 1956, quando seria exonerado do cargo para assumir interinamente a cadeira de História da Civilização Brasileira, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Entre 1952 e 1954, ele se afastou do cargo para lecionar e pesquisar na Itália, "deixando o etnólogo alemão Herbert Baldus

como diretor-substituto da instituição” (FRANÇOZO, 2005, p. 585). Durante o período em que esteve à frente do museu, Sérgio Buarque empreendeu uma verdadeira remodelação dos setores e das áreas de pesquisa e de coleta de fontes da instituição, preocupando-se com a contratação de pessoal qualificado para o exercício dessas funções. Foi com esse objetivo que se esforçou para conseguir a contratação de Herbert Baldus (1899-1970) e Harald Schultz (1909-1965), como seus assistentes, para a recém-criada seção de etnologia do museu (FRANÇOZO, 2005, 2007). Além disso, ele também retomaria a publicação da Revista do Museu Paulista, que havia sido criada quando Afonso de Taunay estava na diretoria. Esse período, Sérgio Buarque aproveitou para dar continuidade a suas pesquisas com a publicação de artigos que na década de 1950 formariam o livro *Caminhos e Fronteiras*, além de publicar em 1945 o livro *Monções*.

Desnecessário pormenorizar a trajetória de Sérgio Buarque antes de ingressar na diretoria do Museu Paulista, sabidamente conhecida (WEGNER, 2000; MONTEIRO, EUGÊNIO, 2008). Mas é inevitável deixar de acrescentar que, para Sérgio Buarque de Holanda (2006), recuperar o passado para dar um novo contorno ao presente não era suficiente para mudar a situação vivida pelo estado de São Paulo e pelo país no início dos anos 1930³. Nem tão pouco era

3 Isso porque, para uma parte da intelectualidade paulista, os acontecimentos de 1929 (crise da bolsa de valores de Nova York e da economia cafeeira no Brasil), de 1930 (início do governo provisório de Getúlio Vargas e fim da Primeira República), e de 1932 (derrota dos combatentes paulistas, ao tentarem restaurar a hegemonia do estado de São Paulo, na Revolução Constitucionalista) causaram uma verdadeira crise de consciência histórica. Em função dos caminhos então duvidosos para o Estado, alguns grupos e intelectuais se organizaram com o objetivo de pensar novos projetos de escritura da história, para rever o passado, o presente e até o futuro paulista e nacional, e contornar a situação, a que se encontravam imersos, diante daquela crise política e econômica. Na falta de uma melhor definição, argumento que se concentraram entre: a) *um discurso mitológico* (com ênfase nas origens de um passado mítico, centrado na figura do bandeirante) que foi defendido tanto por Afonso D'Escagnolle Taunay (1876-1958), quanto por Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), como uma forma de se sair da crise, tendo em vista o passado grandioso e exemplar do povo do Estado de São Paulo; b) *um discurso ideológico* (por estar centrado no presente e em projetos políticos de transformação econômica e social, por meio da educação), que foi defendido pelo grupo dirigente do jornal *O Estado de S. Paulo*, representado por Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Armando de Salles Oliveira (1887-1945) – que ao ser chamado por Getúlio Vargas, em 1933, como interventor do Estado de São Paulo, viram nele a oportunidade ideal para porem em prática um projeto político, articulado a um projeto educacional (que colhia suas bases no movimento escola-novista), por presumirem que, uma vez perdida a hegemonia no campo político e econômico, o Estado de São Paulo recuperaria seu lugar junto à Nação, não ao mitificar o seu passado glorioso, mas sim ao transformar as bases da cultura nacional, por meio de um projeto de implantação de universidades, escolas, e novos profissionais para o ensino; c) e *um discurso utópico* (com ênfase numa mudança gradual, mas profunda, da consciência histórica dos indivíduos), primeiro defendido por alguns intelectuais vinculados ao movimento modernista em São Paulo, e, depois, de modo mais sistemático por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), ao presumir que o grande problema, não do Estado de São Paulo, mas sim da Nação, eram justamente as suas amarras com as raízes ibéricas de um passado, que, além de não engrandecer o país, tornava-o amplamente excludente com as massas anônimas, haja vista que os processos políticos se definiam com base em acordos entre as classes dirigentes, e não em função de processos democráticos.

viável empreender projetos políticos no presente, sem antes mudar as atitudes e a mentalidade da classe dirigente do país, que estavam enraizadas no passado colonial. Portanto, voltar ao passado e analisá-lo era necessário, mas não para mitificá-lo na figura do desbravador bandeirante, e sim para desgarrar-se dele por estar impedindo mudanças de hábitos e de ação em pleno século XX, ainda enraizadas nas atitudes coloniais portuguesas. Voltar-se, com isso, para o presente também era necessário, mas não para empreender discursos ideológicos, que, inevitavelmente, amarrados ao passado, excluiriam as massas anônimas dos processos políticos, ao serem debatidas as propostas de mudança política e social pela inclusão de novas leis.

Desse modo, não se fixando a um discurso mitológico sobre o passado, ainda centralizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e a seus congêneres estaduais e à historiografia metódica francesa do século XIX, tampouco a um discurso ideológico, que prescrevia visões de mundo para o presente, voltado para a experiência histórica francesa do último quarto do século XIX, mas sim inspirando-se no americanismo e tendo por base o historicismo e a sociologia alemã, o que Sérgio Buarque propôs, naquele momento, foi uma saída utópica. Para ele, uma “superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo” (2006, p. 198). Que, em verdade, nada mais fazia do que reproduzir o comportamento cordial, no qual os indivíduos agiam mais por impulso do coração e pelo sentimento imediato, do que a partir da razão e do planejamento. Portanto, desvencilhar-se das raízes do passado, naquele momento histórico, possibilitaria a construção de um futuro democrático, mais aberto às mudanças socioculturais e às massas anônimas.

Mesmo que consideremos que, na década de 1940, Sérgio Buarque estivesse transitando da crítica literária e sociológica para a análise histórica, propriamente dita, não há como negar que ele carregaria aqueles objetivos, que apareceriam de uma forma mais amadurecida em sua obra e em sua administração do Museu Paulista. A obra *Caminhos e Fronteiras* (de 1957), além de trazer nitidamente esta virada teórica e metodológica na abordagem do autor, também traria a contribuição da etnografia ao estudar os povos indígenas, e da arqueologia, ao visualizar os vestígios da cultura material, que foi fruto de sua trajetória no museu (FRANÇOZO, 2007).

Já em seu livro *Monções*, o autor demonstraria a redução de escala de análise em sua interpretação dos avanços dos caminhos e das navegações empreendidas pelos bandeirantes paulistas, nos séculos XVII e XVIII, com vistas a empreenderem viagens fluviais entre Porto Feliz e Cuiabá, para capturar índios para substituírem o trabalho escravo dos negros africanos, além disso, ainda em busca de ouro e outros metais preciosos (WEGNER, 2000). De acordo com Mariana Françaço:

Ao circular pelo Museu Paulista, pela Escola de Sociologia e Política

e pelo ambiente acadêmico das ciências humanas em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950, Sérgio Buarque presenciou e participou da formação e da consolidação das ciências sociais como disciplinas no Brasil. Nesse processo, foi fundamental a presença de professores e pesquisadores estrangeiros nas instituições de ensino e pesquisa paulistas, que trouxeram consigo temas, métodos e conceitos que formariam a base dos estudos em ciências sociais no período (FRANÇOZO, 2007, p. 139).

Por outro lado, em sua gestão no museu, Sérgio Buarque notou o abandono de alguns acervos, como o de etnografia e de etnologia, pouco aproveitados pela falta de pessoal qualificado para organizá-los e catalogá-los adequadamente. De pronto, sua principal tarefa foi negociar com o secretário de educação de São Paulo a contratação de profissionais para tal tarefa, indicando o nome de Herbert Baldus para exercer essa função numa seção de etnologia criada para tal meta. Em algumas cartas, Sérgio Buarque procurava justificar os motivos da contratação e da indicação de Baldus. Para Mariana Françaço:

Além da criação da seção de etnologia e das contratações de Baldus e Schultz, mais uma iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda foi importante no sentido de incentivar as pesquisas etnológicas feitas no Museu Paulista. Em novembro de 1946, esse diretor manifestou ao secretário de Educação de São Paulo a intenção de retomar a publicação da *Revista do Museu Paulista*. Lembrando que ela havia sido extinta em 1938, afirma que desde então diversos institutos científicos, nacionais e estrangeiros tinham solicitado a retomada da publicação, o que atestaria sua importância (FRANÇOZO, 2005, p. 592).

Como não bastasse isso, informa ainda que já havia recebido contribuições suficientes para fechar um primeiro número. A proposta foi aprovada e a revista foi retomada no ano seguinte. Além do mais:

As mudanças até agora descritas tiveram, evidentemente, um grande impacto no perfil do Museu Paulista. Tendo sido primeiro um museu dedicado à zoologia, depois à zoologia e à história paulista, essa instituição passou, a partir de 1946, a incentivar e a realizar pesquisas nos domínios da antropologia e da arqueologia como suas principais atividades. Os relatórios da seção de etnologia, escritos e publicados por Baldus anualmente, na *Revista do Museu*, deixam clara essa nova vertente do museu (FRANÇOZO, 2005, p. 594).

A iniciativa de Sérgio Buarque também irá favorecer aos cursos de História Natural e de Geografia e História da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1934, como veremos abaixo.

3 ...ÀS FACULDADES DE FILOSOFIA

Não há como detalhar neste espaço o contexto de criação das primeiras Faculdades de Filosofia no país⁴. Contudo, foi dentro do período de funcionamento do regime de cátedras que o curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo⁵ renovou sua grade curricular diversas vezes entre as décadas de 1930 e 1950, em função de insuficiências observadas pelos professores quanto às disciplinas oferecidas no curso⁶.

A disciplina de Etnologia brasileira e noções de Tupi-guarani era oferecida no primeiro ano do curso como uma introdução à formação linguística e cultural brasileira, seguindo-se nos outros dois anos em análises pormenorizadas da língua ‘Tupi-guarani’. A cadeira de Etnologia Brasileira e Tupi-Guarani foi criada em 1934, logo quando iniciou o primeiro ano letivo do curso de Geografia e História. Até aquele momento, os cursos especializados em nível superior nesta área constituíam uma novidade (MICELI, 1989; 1995; 2001). Foi o professor Plínio Marques da Silva Ayrosa que assumiu a cadeira desde o início⁷. Quando foi contratado para a cadeira de Etnologia Brasileira, Plínio Ayrosa não possuía título de doutor na área, o que não o impediu de trilhar sua trajetória acadêmica nesta cadeira até o final dos anos 1950, como catedrático. O concurso de provas e títulos para o cargo de professor catedrático à cadeira ocorreu entre 23 e 27 de março de 1939, e foi o primeiro a ser realizado na Faculdade de Filosofia. O candidato apresentou a tese intitulada *Dos índices de relação determinativa de posse no tupi-guarani*, que foi publicada no Boletim de Etnologia Brasileira, no mesmo ano.

4 Para detalhamento desta questão, ver ROIZ (2004).

5 Foram inaugurados três cursos nos anos de 1930: dois no Rio de Janeiro e um em São Paulo. O primeiro foi o da Universidade de São Paulo, criado em 1934. O segundo foi o da Universidade do Distrito Federal, criado em 1935, e o terceiro o da Universidade do Brasil, criado em 1939. Sobre esse ponto, a experiência de fundação de cursos de Geografia e História no setor privado foi esparsa.

6 As renovações da estrutura curricular, entre as décadas de 1930 e 1950, no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ocorreram no período de vigência do regime de cátedras, no qual os profissionais do curso, muitas vezes, notavam a fragilidade da grade curricular antes de as discussões chegarem ao nível dos debates políticos e, portanto, serem efetuadas as mudanças institucionais necessárias. Meses e mesmo anos transcorriam da aprovação da lei federal à implantação de decreto em nível estadual até a instalação da medida nas instituições. Cada instituição se adequava às medidas de acordo com suas condições e necessidades internas, caracterizando-se também como um processo lento e nem sempre completo.

7 Nascido a 13 de março de 1895, em São Paulo, Capital, onde também veio a falecer a 2 de junho de 1961. Bacharel em Letras pelo antigo Ginásio de Ciências e Letras. Graduiu-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Esteve encarregado de um curso de Tupi no Centro do Professorado Paulista, antes de ingressar na Faculdade de Filosofia em 1934. Foi homenageado diversas vezes e foi sócio de várias academias. Autor de muitos trabalhos antes e depois de assumir a cadeira de Etnologia Brasileira e Tupi Guarani, se destacando no período anterior: *Palavras de origem tupi na linguagem popular do Brasil*, de 1934. “Curriculum Vitae” do Prof. Plínio Ayrosa. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937*, p. 322.

No curso que vinha ministrando desde 1934, Plínio Ayrosa já parecia apresentar um projeto para o desenvolvimento dos estudos etnológicos brasileiros, tendo como objetivo formar o professor secundário e o profissional na área. Em seu primeiro relatório anual para a cadeira, de 1935, considerava uma tarefa honrosa tentar se mostrar às dimensões culturais do país, mas ingrata porque tudo estava para ser feito na área, tendo o futuro pesquisador profissional apenas trabalhos esparsos sobre o assunto, “estudos realizados em geral sem método e desgarrados, quase sempre, da necessária sistematização científica”, não existindo no “Brasil, de fato, um único trabalho capaz de servir, embora provisoriamente, às exigências de uma cadeira de Etnologia, como não há mesmo, entre as classes mais ou menos cultas, o conceito exato da vastidão do nosso campo etnográfico, das infinitas fontes de pesquisas que ele nos proporciona e, menos ainda, da preciosidade dos documentos de toda ordem que se perdem, inaproveitados, nos recessos esquecidos dos campos e florestas interiores, e nas salas esquecidas de nossos museus antiquados” (AYROSA, 1937, p. 132).

Para ele, foi apenas esmiuçada uma pequena parte do território, sem, contudo, aprofundar suas características idiomáticas e culturais. As pesquisas haviam sido genéricas e pouco delimitadas temporal e espacialmente, sendo ao pesquisador, a partir de agora, necessário se preocupar em fazer pesquisas empíricas com fontes e objetos delimitados. A função básica da etnografia consistia em “descrever os grupos humanos tal qual se encontrem num dado momento histórico, e que à etnologia cabe a pesquisa de suas origens e a determinação dos ciclos culturais aos quais se possam prender [...], mas é preciso demonstrar primeiro a possibilidade de vida de uma ciência autônoma, que se baste a si mesma, que se não estenda para além dos limites teoricamente traçados para o seu próprio desenvolvimento” (AYROSA, 1937, p. 134). Diante disto, verificava-se a nítida possibilidade de abertura de um campo de pesquisa na área, mas que estava ainda em sua fase inicial. Porque:

[...] diante dessa situação que se não pode modificar abruptamente, cumprirá à Cadeira, antes de tudo, procurar reunir o quanto se encontre esperso pelas vastas bibliotecas nacionais e estrangeiras, capaz de servir ao seu ideal construtivo, e reunir em grosso, sem espírito preponderante de seleção, sem prevenções doutrinárias, sem pré-julgamentos de qualquer origem. Logo após, ou concomitantemente se for possível, com a mesma largueza e tolerância, arrecadar e canalizar, para os museus brasileiros, as sobras documentais etnográficas que a rebeldia de algumas tribus, que o clima áspero de algumas regiões e que a impenetrabilidade de algumas mesopotâmias ainda não hajam deixado se esgueirar para as famosas coleções do estrangeiro. Esses, parece-nos, deverão ser os primeiros passos da Cadeira (AYROSA, 1937, p. 135).

A melhoria das condições de trabalho para o pesquisador iria viabilizar o aumento progressivo de análises sobre esse campo, ainda pouco explorado,

nos lustros que se seguiram à década de 1930. Mas:

[...] no momento mesmo em que se reconhece que tudo ou quase tudo está por fazer, seria um contrassenso atulhar o cérebro dos moços estudantes com os fragmentos arestosos da incipiente etnografia brasileira, restrita sempre ao capítulo ameríndio. Eles devem ser os futuros cooperadores da grande obra que se há de realizar e, por isso, devem ser encaminhados com cuidado e instruídos com absoluta probidade, de tal forma que se capacitem da necessidade de estudar e trabalhar com amor e paciência, ao mesmo passo que se ponham a coberto de ilusões perigosas e da tentação de afirmações impossíveis sem sólidas bases documentais (AYROSA, 1937, p. 137).

Os jovens estudantes, na época, vinham do ensino secundário sem uma base sólida de conhecimentos sobre a cultura geral, desconhecendo completamente o que seriam os vestígios da cultura material. Se não competia à cadeira arrumar a falha de uma cultura incompleta, também não deveria o professor deixar de notar as deficiências de aprendizado dos alunos. Com esse dilema, cabia ao professor “cooperar com os próprios alunos no levantamento desse nível”, por meio de aulas extraordinárias que buscassem suprir as falhas mais graves, indicando os caminhos necessários para que os alunos pudessem atingir um nível de autonomia e sozinhos corrigir as falhas individuais de aprendizagem.

Dentre o conjunto étnico e cultural brasileiro, a família tupi-guarani foi, para ele, a que deixou os traços mais visíveis na cultura nacional e, portanto, a que deveria receber um tratamento diferenciado. Para ele: “À cadeira de tupi-guarani [...] competirá o preparo de compêndios que se não desviem do traçado geral adotado para o estudo de qualquer língua: concisão, método e desenvolvimento progressivo da matéria a estudar” (AYROSA, 1937, p. 141). Aprofundando-se o nível cultural dos alunos sobre os aspectos linguísticos e regionais do idioma, por meio de compêndios gerais, para iniciar os estudantes nas suas primeiras investidas no campo da fala e da escrita do tupi-guarani, poder-se-ia avançar demonstrando as variedades interpretativas entre autores, de um lado, e a cultura assimilada pela população, de outro. Uma vez que:

Dizer que o tupi-guarani de hoje, falado no Paraguai, não pode ser estudado na obra de Montoya, ou que o tupi-guarani da Amazônia não pode ser estudado com o auxílio de Anchieta, é confundir dois aspectos inconfundíveis de tôdas as línguas: o fundamental, o gramatical e o teórico, com o oscilante, com o popular, com o prático (AYROSA, 1937, p. 144).

Um nível aparentemente simples de ser notado, mas, diante de suas sutilezas, muito difícil de ser observado pelo iniciante. Além do mais: “Para a consecução dêsse largo programma, nos vamos valer principalmente da obra de Batista Caetano que, como prolongamento espontâneo da obra de Montoya e

Anchieta, tem delas tôdas as vantagens sem muitos dos seus defeitos” (AYROSA, 1937, p. 146). Para tanto, era necessário habituar os alunos com o contato direto ao tupi-guarani, inserindo-os, em seguida, no contexto de produção dos textos para poderem interpretá-los melhor.

Sobre esse ponto específico, a contribuição dos Poderes Públicos e da Secretaria de Educação do estado de São Paulo era necessária porque a maioria das obras já se encontrava, há muito tempo, esgotada e fora do alcance da maioria dos estudiosos. Nesse sentido, caberia, entre as medidas mais urgentes, a publicação, nos anos seguintes, dos textos fundamentais para o conhecimento da língua e de suas características gramaticais. Todavia, mesmo nos anos de 1940 e 50, a produção de pesquisas na área de etnologia brasileira e tupi-guarani e a publicação de obras já esgotadas permaneceram muito restritas.

Pode-se perguntar nesse momento: Por que o tupi-guarani? Ou ainda, qual o projeto que se pretendia concretizar? Para Plínio Ayrosa, o tupi-guarani tinha o registro mais significativo sobre a herança linguística dos povos da América Portuguesa. Ele não observava da mesma forma a contribuição da cultura afro-brasileira, possivelmente, porque no período a visão elaborada por Gilberto Freyre ainda era restrita (LARRETA; GIUCCI, 2007). Já para os fundadores da Faculdade de Filosofia, que foram os elaboradores dos programas dos cursos, o tupi-guarani ainda era uma língua comum em algumas comunidades, sendo ainda significativa porque havia feito parte da cultura do bandeirante paulista (AZEVEDO, 1963, 1971).

As cadeiras com as quais Plínio Ayrosa manteve maiores intercâmbios, talvez pela própria especificidade de fonte e objeto, foram justamente aquelas que se encontravam em outros cursos, como a de Sociologia (I e II), de Filologia Portuguesa e, anos depois, também com a cadeira de Antropologia – que de início estava anexa à cátedra e, com a reforma de 1946, passava para o Departamento de Sociologia e Antropologia (ROIZ, 2004). Embora dissesse, já em 1935, que da “arqueologia, da geografia, da história [...] e de dezenas de outros ramos dos conhecimentos humanos, há de a etnografia sempre necessitar para o estabelecimento racional de suas pesquisas ou descrições, para o preenchimento das lacunas que encontre, para a amarração, entre si, dos pontos e questões sociais cujas coordenadas tenha podido fixar” (AYROSA, 1937, p. 134), as cadeiras de História e de Geografia, ainda que se relacionassem com ela, não mantinham grandes intercâmbios no nível da pesquisa e do ensino oferecido no curso de Geografia e História.

A distribuição da disciplina de Etnologia Brasileira e Tupi-guarani sofreu pequenas alterações no início dos anos de 1940, como aplicação do programa do professor, ao tentar arranjar melhor o assunto para a formação do professor secundário, com base em compêndios, e do pesquisador da área, com textos de estudiosos pioneiros no campo da etnologia e do tupi-guarani na América Latina. Ambas as metas, entretanto, amarravam-se no mesmo curso oferecido pelo professor. Em suas palavras:

Os nossos programas foram várias vezes alterados, não só no seu conteúdo como também na distribuição da matéria, procurando adaptar-se ao desenvolvimento da Etnografia e à conveniência dos alunos. Durante vários anos, levamos a efeito seminários semanais e exigimos dos alunos trabalhos práticos ou de pesquisa técnica. O grande desenvolvimento que tiveram as Cadeiras de Geografia e História, em meados do decênio [1939-1949], levou-nos, porém, a exigir dos estudantes apenas trabalhos compatíveis com o tempo de que podiam realmente dispor (AYROSA, 1953, p. 551).

Também no início dos anos de 1940, organizava-se o Departamento de Etnologia Brasileira e Tupi-guarani, onde foram fundadas bibliotecas departamentais para pesquisas e estudos. Nestas bibliotecas, havia, no final dos anos de 1930, pouco mais de 207 obras que compreendiam 501 volumes, a maioria dos quais cedidos pelo professor Plínio Ayrosa. Já nos anos de 1940, foram acrescentadas muitas outras, chegando ao final daquela década a existir mais de 1.000 obras especializadas em linguística, tupi-guarani, etnologia e etnografia⁸. Apesar de a Arqueologia ser apenas uma disciplina auxiliar nas pesquisas da cadeira, Plínio Ayrosa sempre citava sua importância, em especial, na organização dos museus, aos quais recorria para conduzir os alunos em suas pesquisas práticas, como no caso do Museu Paulista, para lhes mostrar a organização dos vestígios da cultura material, como artesanato, armas, locais de dormir, caçar e pescar etc., e lhes solicitar trabalhos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como tanto Sérgio Buarque de Holanda quanto Plínio Marques da Silva Ayrosa, em diferentes “lugares sociais” (CERTEAU, 2002), se preocuparam com a coleta, organização e interpretação de fontes escritas e da cultura material de povos nativos e europeus, que ao fim e ao cabo formariam o povo brasileiro. De igual modo, apresentaram uma interpretação sobre a história do Brasil pautada

8 Relatório do Departamento de Etnografia e Língua Tupi-guarani. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 1953, 2v., p. 552. O Museu de Etnologia, criado no final dos anos 1930, compreendia de início “700 peças que existiam em 1939 – provenientes da coleção do Instituto de Educação, da coleção Irmã Catarina de Oliveira e de doações de diversos particulares – o seu número atingiu aproximadamente 1.500 peças dez anos após, tôdas devidamente catalogadas”. Organizava-se, além disso, no acervo do Departamento, fotografias e discos com gravações de tupi-guarani. O acervo fotográfico chegava em 1949 “com aproximadamente 1.000 fotografias e 250 diapositivos”. As iniciativas prosseguiram nos anos 50 com a organização de: “1. Mapas, a côres, da distribuição dos grupos ameríndios do Brasil; 2. Mapa de localização dos centros de pesquisas arqueológicas do Brasil; 3. Cêrca de duzentas lâminas para projeção em aula, sôbre Etnografia; 4. Gravação, em discos, de cantos tupi, obtidos pelo Prof. Egon Schaden [que naquele momento estava como professor de Antropologia, pelo departamento de Sociologia e Antropologia]”. Além disso, o departamento “continuou o intercâmbio cultural que desde a sua fundação mantém com Universidades e instituições congêneres de diversas partes do mundo, intercâmbio que consiste principalmente na permuta de publicações”, obras raras, textos e mapas, sobre os diversos grupos étnicos da América Latina e do Brasil.

nesses vestígios, em que a contribuição dos povos nativos se apresentava ativamente. Em ambos os casos, a Etnologia, a Antropologia e a Arqueologia foram fundamentais para que eles pautassem suas interpretações e análises da sociedade brasileira. Ambos tentaram, cada qual a seu modo, ver mais a história de baixo do que a de cima – o que Sérgio Buarque de Holanda conseguiu alcançar com maior felicidade e precisão em suas obras. Ambos ainda procuraram demonstrar que a população brasileira era formada pelo cruzamento e pela miscigenação de vários povos e grupos étnicos brancos, negros e indígenas. Com isso, vale destacar que fizeram parte de um movimento que se preocupou, nas primeiras décadas do século passado, quando houve a criação das primeiras universidades no país, em circunstanciar os momentos decisivos, as fontes e os vestígios da cultura material que melhor proporcionassem a análise da formação cultural e da constituição da nacionalidade brasileira (BRANDÃO, 2007; BOTELHO; SCHWARCZ, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYROSA, P. Cadeira de Etnologia Brasileira e Tupi-guarani. Orientação geral dos cursos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*, 1937.
- _____. Relatório do Departamento de Etnografia e Língua Tupi-guarani. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 1953, 2v.
- ALMEIDA, M.; VERGARA, M. R. (org.) *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- ALVES, A. M. A. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder. O museu paulista, 1893-1922*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- ARAUJO, K. A. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Franca, 2006. Tese de doutorado em História, FHDSS, UNESP.
- _____. *Intercâmbios intelectuais e a construção de uma história. Afonso d'Escagnolle Taunay (1911-1929)*. Franca, 2003. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP.
- AZEVEDO, F. *História de minha vida*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1971.
- _____. *A cultura brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. – 4ª edição revista e ampliada – Brasília: Ed. UNB, 1963.
- _____. *Figuras de meu convívio*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.
- _____. (org.) *As ciências no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d., 2v.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (org.) *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BREFFÉ, A. C. F. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

- BURKE, P.; PALLARES-BURKE, M. L. G. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- COELHO, E. C. *As profissões imperiais*. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes – 2a. Ed. – Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002, pp. 65-122.
- FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru\ São Paulo: Edusc, 1998.
- FRANÇOZO, M. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, USP, v. 48, n. 2, 2005, p. 585.
- _____. Os outros alemães de Sérgio. Etnografia e povos indígenas em Caminhos e Fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, 2007, p. 137-152.
- FUNARI, P. P. A. (org.) *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.
- GOMES, A. C. *História e historiadores*. A política cultural do estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte/MG: Argvmentvm Editora, 2009.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, RJ/FGV, v. 1, n. 1, 1988, pp. 4-28.
- JANOTTI, M. L. M. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.
- HARTOG, F. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003a.
- _____. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Le Seuil, 2003b.
- _____. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad. José Otávio Guimarães. Brasília: Ed. UNB, 2003c.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LARRETA, E. R.; GIUCCI, G. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- MALATIAN, T. M. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc; FAPESP, 2001.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora *Revista dos Tribunais*: IDESP, 1989.

- MICELI, S. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1995.
- MIRANDA DE SÁ, D. *Ideias sem fronteiras: da generalidade à especialização no pensamento intelectual no Brasil republicano (1895-1935)*. Tese de doutorado, UFRJ, 2003.
- MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/SP: Ed. Unicamp; UERJ, 2008.
- OLIVEIRA, A. J. B. (org.) *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, 2008.
- OLIVEIRA, L. L. *Americanos*. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- RODRIGUES, J. H. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor, 1965.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2ª edição revista e ampliada, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- REIS, J. C. *História e Teoria*. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003b.
- _____. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003a.
- _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ROIZ, D. S. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*. Franca, 2004. Dissertação de Mestrado em História, FHDSS da UNESP.
- SCHWARCZ, L. K. M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOIHET, R. (org.) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- WEGNER, R. *A conquista do oeste*. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- WEHLING, A. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. *A invenção da história*. Estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

Recebido em: 26/07/2011

Aceito em: 5/09/2011